



AS EXPRESSÕES DO CAPITALISMO NA INTERVENÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Luciana Sátiro Silva¹

Resumo

A mundialização do capital apresenta suas expressões e mudanças no mundo, principalmente com o pós anos 1970 que data o início da crise estrutural do capital. O incremento da tecnologia e robótica no modo de produção intensifica a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, ocasionando condições de desigualdade social ainda não vivenciadas. Destarte, as diferentes profissões recebem reflexos da economia mundial em sua intervenção cotidiana, principalmente aquelas que atuam nas políticas sociais como o/a assistente social. Neste artigo, iremos analisar a economia nacional articulada ao papel do Estado e suas implicações para a intervenção profissional do Serviço Social na contemporaneidade.

Palavras-Chaves: Capitalismo; Políticas Públicas; Serviço Social.

Abstract

The globalization of capital has its expressions and changes in the world, especially with the post 1970's dating the beginning of the structural crisis of capital. The increase in technology and robotics in production mode intensifies the replacement of living labor by dead labor, resulting in conditions of social inequality have not experienced. Thus, the different professions receive reflections of the world economy in its daily intervention, especially those who work in social policies like social worker. In this article, we will examine the national economy articulated the role of the state and its implications for professional intervention in contemporary Social Service.

Key words: Capitalism; Public Policy; Social Work.

1. INTRODUÇÃO

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará – UECE. lusatiro@yahoo.com.br



A centralidade da discussão deste artigo se pauta na forma de analisar as expressões contemporânea da economia mundial e suas relações sociais no capitalismo monopolista associada a intervenção do/a profissional assistente social nos espaços sócio-ocupacionais das políticas públicas no Brasil.

Entre os séculos XIX e XX, a economia capitalista mundial sofre profundas transformações repercutindo em diferentes esferas da reprodução social do gênero humano². Principalmente neste último século, as principais mudanças ocorridas no cenário mundial foram referentes à: expansão e efetivação da ideologia neoliberal; as alterações no mundo do trabalho com a precarização da situação dos trabalhadores consequências da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural, com desdobramentos que refletiram em mais desigualdade social e aumento da pobreza, dentre outros.

Esses aspectos possuem dimensões complexas, não apenas de caráter econômico, mas, sobretudo no entrelaçamento das esferas sociais, econômicas, políticas, cultural e ambiental atropelando e desrespeitando as características que lhes eram peculiares.

A forte vinculação dos organismos financeiros internacionais aos países em desenvolvimento ocasionaram apropriação do mundo como uma única esfera de comercialização, rompendo-se com a fronteiras geográficas, tornando o mundo um grande mercado unificado.

Face ao exposto, os desdobramentos da ampliação das desigualdades sociais tornaram-se próprios da natureza contraditória do capitalismo, claramente percebido no século XX com o desenvolvimento da ciência, tecnologia e a melhoria na qualidade de vida para uma pequena parcela da população detentora da riqueza mundial.

Com a expansão do sistema neoliberal, os trabalhadores passaram a vivenciar questões que alteraram profundamente seu modo de ser e de viver: “desemprego estrutural e a crise do trabalho assalariado, o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a supressão de direitos sociais e a fragmentação das necessidades e da organização política dos trabalhadores” (MOTA, 2008, p. 29).

O contexto de crise do capital foi motivado pela substituição do homem pelas máquinas, ocasionando o desemprego em massa. Por essa razão, vive-se na

² Compreende-se humano-genérico o conjunto de atributos que constituiriam a *essência humana*, constituído por: *objetivação* (manifestada em termos ontológicos, pelo trabalho), a *sociabilidade*, a *consciência*, a *universalidade* e a *liberdade*. Esses atributos comporiam a *essência humana*, concebida não como uma esfera intemporal e/ou a-histórica, dada e imutável, mas como processualidade dinâmica constitutiva do ser social, resultado sempre em aberto e inconcluso da infinita humanização do homem. Para fundamentar melhor a discussão, aprofundar (Barroco, 2006, p. 26)



contemporaneidade uma crise geral do assalariamento (IAMAMOTO, 2007) com a pouca oferta de emprego; dos mecanismos públicos de proteção aos riscos sociais do trabalho, com o aumento do número de trabalhadores informais; e da organização e fragilização política dos trabalhadores que, para evitar o desemprego, celebram acordos que lhes restringem o exercício de direitos trabalhistas historicamente conquistados.

O Estado capitalista, alicerçado nos princípios liberais intervém nessas expressões, principalmente no final do século XIX, com o atendimento a algumas demandas da classe trabalhadora mediante o desenvolvimento de políticas públicas, desenhadas pela superficialidade, as quais manifestavam às necessidades básicas de melhorias nas suas condições de vida e busca da ampliação e garantia de direitos sociais, embora o Estado não intencione mudanças no direcionamento da ordem do capital.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas

A desregulamentação e liberalização das fronteiras alfandegárias, sob o consentimento dos Estados Nacionais e as repercussões desses processos no mundo do trabalho compõem o que se tem entendido por processo de mundialização da economia. Esta, por sua vez, é baseada na associação entre instituições financeiras e grupos industriais transnacionais.

O processo de financeirização indica a forma com se tem estruturado a economia mundial, qual seja, um funcionamento que agrega investidores financeiros, capital transnacional, Estados nacionais e organismos internacionais, criando-se, desse modo, estreitamento nas relações de dependência entre estes.

Para Ianni (2004B), nesse palco da história do século XXI, o novo círculo de expansão do capitalismo transnacional redesenha o mapa do mundo. Ele desafia a compreensão da chamada 'sociedade global': uma sociedade na qual se subordinam as sociedades nacionais em seus segmentos locais e arranjos regionais, com suas potencialidades e negatividades, considerando seus dinamismos e contradições. Nesse novo estágio do desenvolvimento do capital, redefinem-se as soberanias nacionais, com a presença de corporações transnacionais e organizações multilaterais (o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, 'a santíssima trindade do capital em geral') – principais porta-vozes das classes dominantes em escala mundial." (IAMAMOTO, 2007, p. 110).

Assim, a internacionalização do capital traria um reforço à concentração da riqueza em um pólo sócio-espacial; e a polarização da pobreza e da miséria em outro, o



que agravaria as expressões da miséria na medida em que amplia a lei geral da acumulação capitalista. Para Netto (2001), a dinâmica societária do capitalismo em cada fase do seu desenvolvimento, produz e reproduz exploração que é a sua razão de ser. O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração.

Nesse modo atual de dominação, o papel do Estado revela-se essencial à manutenção da estrutura de classes e relações de produção capitalista. Por meio da criação de normas legais, da educação, dos meios de comunicação, veiculação da ideologia dominante, entre outros instrumentos, o Estado cumpre seu importante papel no estabelecimento de condições que não poderiam simplesmente ser impostas pela classe burguesa e que são difundidas ideologicamente, facilitando o controle sobre a classe trabalhadora.

Reserva-se também aos Estados a importante função de atuar no sentido de facilitar o alcance de mercados consumidores externos e propiciar proteção aos mercados locais. Tal função se realiza na medida em que é através da iniciativa dos Estados Nacionais, em atendimento aos interesses do capital, que são celebrados os tratados e acordos comerciais entre países e se flexibiliza a política fiscal de acordo com as necessidades momentâneas dos grandes grupos empresariais.

Desse modo, as políticas governamentais favorecem a esfera financeira e o grande capital produtivo sendo base para a configuração do atual perfil dos/as usuários/as que vivenciam as manifestações da questão social. Nessa perspectiva, mais do que expressões de pobreza, miséria e exclusão, a questão social retrataria “a subordinação da sociabilidade humana às coisas”. (IAMAMOTO, 2007, p. 125).

Sob essa concepção, seria possível traduzir o desenvolvimento econômico como barbárie, na medida em que naturaliza as desigualdades sociais e submete as necessidades humanas ao capital. “O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças”. (IBID, p.125).

Para Mota (2008), mesmo com a abertura dos países periféricos no século XXI na tentativa de reduzir a crise do capital expandindo suas fronteiras, persistem as contradições fundantes da pauperização dos trabalhadores e, portanto, a reprodução das desigualdades sociais, todavia essas contradições provocam novas situações e métodos de enfrentamento.

Neste sentido, não apenas as situações que seriam designadas como configuradoras da questão social se alteram, como se altera a própria definição



de questão social vis-à-vis as novas modalidades do seu enfrentamento. Pode-se, por exemplo, destacar as políticas compensatórias, dentre elas, os programas de renda mínima, como uma estratégia que, ao transformar os desempregados e subempregados em clientela da assistência social, banem o direito ao trabalho da pauta dos trabalhadores, substituindo-o pelo acesso a uma renda mínima de sobrevivência.” (MOTA, 2008, p. 41)

Dessa forma, se expressa claramente o papel do Estado como fortalecedor para a concretização das relações do capital; instrumento de regulação social e mantenedor do *status quo*. É na esfera de atuação do Estado que o/a assistente social intervém, onde convive diariamente exposto/a as manifestações da sua natureza contraditória como veremos a seguir.

2.2 A intervenção do/a assistente social nas políticas públicas

Conforme mencionado, as políticas sociais adquirem algumas dimensões, como: a manutenção dos mínimos mediante ações focalistas e minimistas; o direito à sobrevivência da classe trabalhadora e a reprodução intensa das desigualdades sociais preservando o modo de produção capitalista. Assim, o Estado não só preserva a relação de desigualdade social; ele assume a postura de controlador político da ideologia dominante, dentre outros aspectos.

O Serviço Social, com sua particular forma de refletir e intervir no enfrentamento às expressões da questão social em todas as suas manifestações, destaca-se por responder à necessidade estatal de ter profissionais habilitados para formular, executar e monitorar políticas públicas. Assim, conforme nos aponta Raichelis,

É o próprio Estado o grande impulsionador da profissionalização do assistente social, responsável pela ampliação e constituição de um mercado de trabalho nacional, cada vez mais amplo e diversificado, acompanhando a direção e os rumos do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira. (2009, p. 380)

Atualmente, observa-se que 78,16% dos/as assistentes sociais brasileiros/as atuam em instituições públicas, sendo 40,97% em municípios, 24,13% no âmbito estadual, 19% em órgãos ou entidades federais, especialmente na área da Seguridade Social, com ênfase na Saúde e Assistência Social³. Assim, percebe-se um número expressivo de profissionais que atuam diretamente representando o Estado em sua operacionalização.

Historicamente, o/a assistente social interveio nas políticas públicas tornando-as um dos maiores espaços de atuação profissional e *lócus* de ampla presença desta

³ Trata-se de pesquisa realizada pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), em maio de 2004, junto aos assistentes sociais inscritos no CRESS e com registro ativo os quais totalizavam à época um universo de 61.151 profissionais. IAMAMOTO (2009, p.05).



categoria, o que favorece o reconhecimento coletivo da importância dos profissionais na qualidade da intervenção cotidiana dos serviços prestados, sendo nomeado por Netto como “os executores terminais de políticas sociais”. (Netto, 1992)

Entretanto, esta intervenção é permeada por contradições e desafios de ordem técnica, ética e política. As macetas do modo de produção capitalista emaranham-se a todas as dimensões da sociedade e Estado, não sendo diferente nas políticas sociais.

Na trajetória das políticas públicas, as/os assistentes sociais contribuíram sobremaneira na elaboração, estruturação, organização, planejamento e principalmente na sua execução direta. E nesses espaços, as/os profissionais vivenciam diretamente as relações político-partidárias e de poder, nepotismo, precarização das relações de trabalho e baixas remunerações, dentre inúmeros outros desafios profissionais contemporâneos similar aos demais trabalhadoras/es.

Ademais, a intervenção profissional nestas políticas permite a convivência diária com o desafio de desenvolver atividades com poucos recursos financeiros, e com ações eminentemente seletivas, na qual se atende a população em absoluta escassez de material técnico para a intervenção, e em que, na maioria das vezes, a/o profissional se prende a negação de benefícios.

Ainda, os perfis criteriosos de programas e projetos estabelecidos pela legislação brasileira excluem parcela da população que convive na reprodução da condição de miséria, e por conta de um perfil etário ou de uma diferença pífia de renda, é negado o seu recebimento de serviços, deixando a/o profissional no jogo ético-moral.

Entretanto, para este profissional, mesmo estando representando o poder público e/ou em qualquer espaço de atuação, é necessário não perder de vista em sua instrumentalidade cotidiana os princípios e valores ético-político profissional, tendo referência o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, tendo como fim prioritário a liberdade, autonomia e emancipação da humanidade a partir da ruptura das desigualdades de classes.

3. CONCLUSÃO

O sistema de economia neoliberal prioriza beneficiar as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais. Os países pobres ou em processo de desenvolvimento sofrem com os resultados econômicos, políticos e sociais de uma política neoliberal, como, por exemplo, o Brasil.



Entre os efeitos dessa processualidade como causa do neoliberalismo para a classe trabalhadora tem-se um agravamento das condições de vida, em decorrência do desemprego estrutural, da precarização das relações de trabalho e da perda de direitos sociais conquistados.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, [prevalecendo o já referido trinômio articulado] do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, p. 156)

Nesse contexto, o papel do Estado na conjuntura neoliberal contemporânea, apresenta-o com função, de um lado, de amparar a estrutura de classes ao tempo que precisa responder também pelas relações de produção principalmente com o desenvolvimento de políticas públicas. Nessa direção, é um espaço contraditório onde o/a assistente social mais atua atualmente.

O quadro de agudização⁴ da questão social atravessa todas as esferas de atuação da/o assistente social: tanto na intervenção em instituições públicas por uma demanda crescente de serviços sociais, ou mesmo nos novos espaços sócio-ocupacionais contemporâneos nos quais as/os assistentes sociais passaram a atuar.

Destarte, as/os assistentes sociais vivenciam em sua prática profissional cotidiana as múltiplas expressões da questão social tal como se reproduzem na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos.

Dessa forma, apreender as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para a intervenção do Serviço Social nas políticas públicas, tanto para conhecer as várias expressões que assume, quanto fomentar movimentos de resistência. São nesses espaços que a categoria deve refletir sobre as expressões de desigualdade social na atualidade e projetar formas adequadas de defesa da vida em toda a sua plenitude.

⁴ Aprofundar discussão em IAMAMOTO, 2007.



4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4ª ed. São Paulo. Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história** / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti- 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

RAICHELIS, Raquel. **In Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais**. In SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais. Brasília. 2009. (CFESS; ABEPSS. V. 1)